



LUGAR, TERRITÓRIO E COMUNOCENO: UMA CRÍTICA AO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

INTRODUÇÃO

Para Sauvêtre (2024), tanto a corrente ambientalista que visa ajustar a natureza às exigências do sistema capitalista quanto a ecologia autoritária que busca impor uma moderação forçada ao mundo estão fadadas ao insucesso. Isso ocorre porque ambas persistem na dicotomia entre natureza e sociedade. Ao mantermos essa separação, negligenciamos que a exploração da natureza é uma consequência direta das relações de poder e dominação existentes dentro da própria sociedade humana. Portanto, uma verdadeira ecologia só pode florescer com a transformação fundamental das estruturas sociais. Sauvêtre (2024), ancorou suas reflexões em uma teoria nascida com Murray Bookchin, um pensador autodidata com raízes no sindicalismo e no ativismo libertário, ao desenvolver a ideia da ecologia social. Diante de um planeta cada vez mais inóspito, torna-se imperativo iniciar um processo de emancipação da natureza não humana, estabelecendo um novo horizonte de libertação planetária na era do Comunoceno.

Outros autores, não exclusivamente, mas especialmente Milton Santos (1996) e Bruno Latour (2020), construíram suas visões de mundo concebendo ao não humanos um valor ativo na construção da sociedade, e negando, tal como Bennett (2022), a separação entre natureza e sociedade. Para esta filósofa, a matéria vibrante, excede os significados humanos encarnados nos objetos. Ela não abandona a perspectiva do materialismo histórico, mas avança em uma filosofia materialista crítica ao refletir – como muitos outros fazem, especialmente herdeiros da filosofia de Bruno Latour – sobre a vitalidade condicionante da matéria, ou o poder ativo que emana das coisas, em uma coexistência, em mútua afetação entre entidades biológicas, tecnológicas, geológicas, climáticas, enfim, entre humanos e não humanos.

Neste sentido, minhas reflexões são endereçadas à unidade ativa da natureza e da sociedade em um período que, em nome das continuidades concretas, afirma descontinuidades abstratas, como a transição energética, eleita como o fármaco para as destruições de todas as ordens. Kopenawa (2015) recusa o lugar e o território como esferas abstratas da vida, afirmando o princípio o direito ao uso do território, o direito à demarcação dos territórios, em uma clara ação de combate ao território usado como recurso.

É nesta chave conceitual que fazemos (Cataia e Duarte, 2022) a crítica ao conceito de transição energética, porque proponho uma análise centrando na interrelação entre territórios e fontes de



energia. A transição energética, entendida como um fenômeno global, implica transformações profundas não apenas nas matrizes energéticas, mas também no uso e controle dos territórios. Diferentemente da ideia simplista de substituição pura de fontes fósseis por renováveis, a transição envolve a adição progressiva de novas fontes energéticas às antigas, sem uma substituição efetiva, configurando um cenário complexo de coexistência e sobreposição de fontes.

Um dos principais pontos críticos apresentados é a historicidade da transição energética: o processo atual não é inédito, mas parte de um ciclo que se repete desde os anos 1970, quando começou a crise da geração de energia. Deste modo, a transição não significa um rompimento radical com o passado, mas um movimento de adaptação e ampliação do macrossistema técnico energético vigente. Isso leva à reflexão sobre a hegemonia dos grandes sistemas centralizados, especialmente o papel das estatais Petrobras e Eletrobras, no controle econômico e territorial na produção e distribuição de energia no Brasil. A análise revela uma perda gradual do controle estatal e público dessas estruturas, evidenciando processos de privatização e desmonte dos macrossistemas, o que traz riscos à soberania energética e limita a capacidade de planejamento social e ambiental.

A partir da perspectiva territorial, as diferenças locais que emergem da diversidade geográfica do Brasil e das situações energéticas específicas em cada região. A expansão das fronteiras energéticas – isto é, a exploração de áreas ainda não incorporadas à lógica capitalista – potencializa conflitos socioterritoriais e cria "zonas de sacrifício" onde populações locais e ecossistemas são afetados negativamente. Essa dimensão territorial é pouco considerada nas narrativas hegemônicas sobre a transição, que tendem a priorizar aspectos tecnológicos e econômicos em detrimento das realidades sociais e ambientais concretas.

Outra crítica central é a defesa de um uso soberano do território, que privilegie o controle social sobre os recursos energéticos em lugar do domínio mercantil. Os autores sustentam que o rompimento com modelos energéticos atuais depende do fortalecimento da participação coletiva e de políticas públicas que reconheçam a energia como um bem comum e um direito social, e não apenas uma mercadoria. Assim, defendem que a geografia e a dimensão socioterritorial devem estar no centro das discussões sobre energia, apontando para a centralidade do território na definição das dinâmicas, conflitos e possibilidades da transição.

Por fim, a complexidade e os desafios da transição energética em função das contradições do modo de produção capitalista e das particularidades brasileiras deve ser destacado. A transição, longe de ser um processo unificado, é marcada por tensões entre a continuidade dos sistemas energéticos históricos, a emergência de novas tecnologias e a diversidade socioeconômica e



ambiental. Enfrentar esses desafios exige, portanto, uma abordagem crítica, integrada e que considere a interdependência entre território, energia, sociedade e meio ambiente construído para efetivar alternativas sociais e justas.

Essas críticas e reflexões contribuem para um debate bastante realista e aprofundado sobre o que realmente significa transitar para um novo modelo energético e quais as condições para que essa transição possa ser emancipatória.

METODOLOGIA

Primeiramente, questionar as Dualidades: Manter uma postura crítica em relação às dicotomias tradicionais (natureza/cultura, humano/não humano, objetivo/subjetivo) que sustentam a separação. Ou seja, trata-se de um texto eminentemente teórico.

Em segundo lugar, valorizar as Ontologias Plurais: Reconhecer e dar espaço para diferentes formas de conhecimento e compreensão da relação entre humanos e não humanos, incluindo as perspectivas indígenas e outras epistemologias não ocidentais.

E, em terceiro lugar, buscar Implicações Políticas: Articular como a compreensão da unidade ativa entre natureza e sociedade pode informar novas práticas políticas e estratégias de ação para a emancipação da natureza e a construção de um "Comunoceno".

O conceito de comunoceno, conforme articulado por Sauvêtre (2024), propõe um novo paradigma político, social e ambiental que busca transcender a crise civilizatória desencadeada pelo antropoceno. O comunoceno representa não apenas uma nova era geológica, mas sobretudo uma recusa radical das atuais dinâmicas capitalistas e antropocêntricas que devastam o planeta e fragmentam as relações sociais. Baseado em uma perspectiva libertária, o comunoceno aponta para o "comum" como eixo central para reconstruir a relação entre humanos e não humanos, articulando práticas comunitárias e políticas emancipatórias que operam na contramão do individualismo e da acumulação capitalista.

Nesta perspectiva a Terra deve ser compreendida como um bem comum vital, que ultrapassa as fronteiras da propriedade privada e do Estado-nação. Esse conceito outrora negado pelo paradigma moderno se apresenta agora como condição imprescindível para a sobrevivência e regeneração da vida. Diferente do antropoceno, marcado pela dominação e exploração desenfreadas do ambiente em benefício de poucos, o comunoceno convocaria uma memória ecológica e social compartilhada, uma governança comum dos recursos e uma prática normativa que respeita os ciclos naturais e culturais.

Implica no exercício de práticas que funcionam como laboratórios de resistência e experimentação social. Assim, faz-se a defesa da articulação de uma política radicalmente



democrática, na qual a soberania popular e a autogestão são pilares para combater a homogeneização econômica e cultural imposta pelo capitalismo global. Essa nova política comunitária reafirma o valor das diferenças, a cooperação e a integração dos saberes locais e plurais como contrapeso às epistemologias dominantes, estritamente instrumentalizadas.

O comunoceno dialoga diretamente com as correntes do ecossocialismo libertário e o pensamento de Murray Bookchin, ampliando a crítica às formas hierárquicas, autoritárias e exploradoras do poder, seja ele econômico, estatal ou cultural. Essa abordagem crítica denuncia os mecanismos pelos quais o capitalismo financeiro e o neoliberalismo corroem entidades sociais autônomas e fazem girar um aparato produtivo e extrativista incapaz de garantir a reprodução social e ecológica.

Por fim, o comunoceno propõe um horizonte político em aberto — não apenas um diagnóstico, mas um chamado para a organização transformadora que permita reconstituir as bases materiais e simbólicas da vida comum em um planeta finito. Essa proposta implica uma repolitização da questão ambiental, uma redefinição radical das nossas formas de habitar a Terra e a reinvenção coletiva do que significa o "comum" na era das crises globais.

O comum é definido como um princípio político baseado na co-obrigação de todos aqueles que estão engajados numa mesma atividade coletiva. O comum não deriva nem da essência humana nem da natureza das coisas, mas resulta da prática ativa e da decisão dos próprios sujeitos envolvidos em compartilhar, governar e preservar coletivamente recursos, saberes ou espaços. Assim, o comum é uma forma de "agir", uma *práxis* política que não se fundamenta em contratos jurídicos, mas na participação ativa e na regulamentação autônoma por uma comunidade política que constrói regras e instituições para garantir o uso e a continuidade dos recursos comuns.

O conceito é compreendido não apenas como um recurso material ou econômico, mas como um modo de organização social que desafia as lógicas neoliberais e estatais, propondo formas de sociabilidade, cooperação e democracia radical que priorizam a autonomia e a solidariedade. É, portanto, um objeto de reflexão política atual, contra a privatização e a mercantilização da vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, ao empregar a metodologia proposta, pode gerar resultados substanciais que aprofundam a compreensão da unidade natureza-sociedade. Primeiramente, a análise permitiria identificar as nuances históricas e conceituais da dicotomia natureza-sociedade, revelando



como essa separação foi construída, mantida e, por vezes, desafiada em diferentes contextos teóricos e práticos ao longo do tempo. Seria possível mapear as convergências e divergências entre as perspectivas da ecologia social (Bookchin), da Teoria do Ator-Rede (Latour), da matéria vibrante (Bennett) e da geografia crítica (Santos), estabelecendo um panorama mais integrado e dialógico das abordagens que buscam superar essa dualidade fundamental.

Em termos de estudos de caso, a investigação da "transição energética" revelaria como esse processo, frequentemente enquadrado e promovido como uma solução puramente técnica e despolitizada para a crise ambiental, pode, paradoxalmente, reforçar a instrumentalização da natureza e a subordinação das ontologias não-humanas às lógicas do capital e do desenvolvimento hegemônico. Seriam evidenciadas implicações socioespaciais diferenciadas da implantação de infraestruturas energéticas, como parques eólicos, usinas solares ou hidrelétricas, demonstrando de que forma as desigualdades se materializam e se aprofundam na relação entre humanos e não humanos, afetando desproporcionalmente comunidades vulneráveis. A pesquisa poderia identificar padrões de resistência social que não se limitam à defesa de direitos humanos em sentido estrito, mas que incorporam a defesa do "direito ao território como meio de vida" para entidades não-humanas, como ecossistemas fluviais, florestas nativas e espécies ameaçadas, reconhecendo sua agência e valor intrínseco.

A análise da agência dos não humanos nos casos específicos permitiria documentar, de forma empírica e conceitual, como elementos biológicos (fauna, flora), tecnológicos (infraestruturas energéticas, algoritmos de gestão) e geológicos (recursos minerais, formações do terreno) atuam como actantes ativos na moldagem das dinâmicas sociais e políticas. Por exemplo, a resiliência de certos biomas diante da pressão antrópica, a resposta de espécies a projetos de reintrodução ou o comportamento de sistemas energéticos complexos poderiam ser compreendidos não apenas como objetos passivos de intervenção humana, mas como forças que co-constituem a realidade social e impõem limites ou abrem novas possibilidades. Seria possível, ainda, rastrear a financeirização dos recursos naturais e a opacidade dos fluxos de capital na conservação e na transição energética, revelando como a lógica mercantil se infiltra na "produção da natureza" e afeta a soberania local e popular sobre seus territórios e recursos. Para avançar epistemologicamente no tema da unidade natureza-sociedade, uma discussão válida e necessária reside na superação de epistemologias antropocêntricas e na construção de uma epistemologia relacional ou co-constitutiva, a partir das reflexões sobre o comum presente em Dardot e Laval (2017). A pesquisa, ao reconhecer a agência dos não humanos e a interdependência intrínseca entre todas as entidades (humanas e não humanas), desafia a visão



tradicional do conhecimento como algo produzido *sobre* um objeto externo e passivo, propondo uma abordagem mais interconectada.

A questão central a ser debatida seria: como podemos construir conhecimento *com e a partir* das relações entre humanos e não humanos, e não apenas *sobre* eles, como se fossem meros objetos de estudo? Isso implica em uma profunda reavaliação das premissas que sustentam a construção dos saberes.

Reavaliar os métodos de pesquisa: Será fundamental incorporar e desenvolver abordagens metodológicas que permitam a "escuta" e a "sensibilidade" às manifestações da agência não humana, indo além da mera observação distanciada e da quantificação. Isso pode envolver métodos participativos, etnográficos e a valorização de narrativas que expressam a interconexão.

Integrar ontologias plurais: É imperativo desenvolver arcabouços teóricos e metodológicos capazes de dialogar e aprender com cosmovisões indígenas e outras formas de conhecimento que já operam a partir de uma compreensão intrínseca da unidade natureza-sociedade. Isso não significa abandonar a rigorosidade da ciência, mas enriquecê-la e expandir seus horizontes com outras formas de saber, reconhecendo a validade de múltiplas realidades.

Descentrar o sujeito do conhecimento: A pesquisa deve questionar o pressuposto de que o conhecimento é produzido exclusivamente por um sujeito humano racional e autônomo. Em vez disso, deve-se abrir espaço para a ideia de que o conhecimento emerge das interações e afetações mútuas entre diversas entidades, humanas e não humanas, em uma rede complexa de co-produção.

Explorar a ética do conhecimento: Uma epistemologia relacional implica uma profunda reflexão sobre as implicações éticas da produção do conhecimento. Ela reconhece a responsabilidade mútua entre humanos e não humanos e a necessidade de uma "emancipação da natureza não humana", como proposto por Sauvêtre e Bookchin, transformando a própria finalidade do saber. Neste sentido, cumpre desvendar o capitalismo canibal, tal como proposto por Fraser (2024), que utiliza o conceito de "capitalismo canibal" para denunciar um sistema que devora, literalmente, suas próprias bases sociais, ambientais e políticas para se sustentar e expandir. Um dos pontos principais é a ideia de que o capitalismo contemporâneo não se limita à exploração econômica tradicional do trabalho assalariado, mas parasita o trabalho de cuidado não remunerado, os recursos naturais e as instituições públicas, abrindo espaço para crises múltiplas e interligadas, como a crise ecológica, da reprodução social e da democracia. Ela argumenta que o capitalismo canibaliza as condições fundamentais necessárias para sua própria reprodução: destrói o meio ambiente, precariza as relações sociais e enfraquece as



estruturas políticas que poderiam regular seu funcionamento. Esse consumo autodestrutivo é paradoxal porque, embora dependa desses sistemas, também os exaure, ameaçando a própria sobrevivência do sistema e da vida humana.

Fraser (2024) enfatiza a interconexão da luta de classes com outras formas de opressão, como a desigualdade de gênero, racial e ambiental, que são integradas ao projeto capitalista para manter sua dinâmica. Para ela, o capitalismo canibal é uma expressão da crise civilizatória que exige uma nova gramática da vida, em que o cuidado (social e ambiental) tem papel central para uma transformação social emancipatória. Outro ponto importante é a crítica ao papel do capital financeiro, que disciplina o Estado, minando sua capacidade de responder adequadamente aos desafios sociais e ambientais, aprofundando a crise democrática. Fraser aponta, ainda, que o capitalismo pode absorver e incorporar lutas sociais, o que dificulta a emergência de um movimento emancipatório coletivo, sendo necessária uma reconfiguração política e teórica urgente.

Por fim, propõe repensar o socialismo no século XXI, não apenas como superação da exploração econômica, mas como uma reconstrução das relações sociais, ecológicas e democráticas que possam garantir a reprodução da vida em suas múltiplas dimensões, incluindo o autogoverno coletivo e cuidados igualitários.

Essa discussão epistemológica não apenas aprimoraria a capacidade de compreender a crise atual, marcada pela mutilação da natureza (1996) ou, como afirmou Mbembe (2022), pelo brutalismo que está no cerne da combustão do mundo, em sua complexidade inerente, mas também abriria caminhos para a construção de um conhecimento mais engajado, ético e transformador, alinhado com o objetivo do Comunoceno, onde a coexistência e a interdependência são os pilares da relação entre todas as formas de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta exploração, partimos da crítica contundente à dicotomia natureza-sociedade, conforme articulada por Sauvêtre (2024) e ancorada na ecologia social de Bookchin. Essa perspectiva nos impulsionou a reconhecer a agência intrínseca dos não humanos, ecoando as visões de Milton Santos (1996), Bruno Latour (2020) e Jane Bennett (2022) – dentre muitos outros e outras intelectuais –, que desafiam a passividade atribuída ao mundo natural. A metodologia proposta, integrando revisão bibliográfica interdisciplinar, estudos de caso contextualizados e abordagens de pesquisa híbridas, buscou um caminho para investigar a unidade ativa entre humanos e não humanos em um período marcado por contradições entre



continuidades concretas e descontinuidades abstratas, exemplificadas pela complexa narrativa da transição energética.

Os resultados potenciais dessa investigação sinalizam uma compreensão mais rica e complexa da natureza mutilada (Angus, 2023; Danowski, 2017; Santos, 1996; Zanotelli e Silva, 2024). A análise da transição energética como um estudo de caso crítico revela como soluções aparentemente neutras podem reproduzir lógicas de dominação e instrumentalização da natureza, com impactos desiguais nos territórios e nas comunidades. A identificação da agência dos não humanos nos estudos de caso concretos demonstra que elementos biológicos, tecnológicos e geológicos não são meros objetos de intervenção, mas sim actantes que co-constituem a realidade social e impõem limites e possibilidades. A análise da financeirização da natureza e da opacidade dos fluxos de capital na conservação e na transição energética lança luz sobre as intrincadas relações de poder que moldam a gestão ambiental.

Epistemologicamente, a jornada nos convida a transcender as tradicionais epistemologias antropocêntricas e a construir uma abordagem relacional ou co-constitutiva do conhecimento. Isso implica em repensar radicalmente nossos métodos de pesquisa, buscando formas de "escutar" e reconhecer a agência não humana, integrando ontologias plurais e descentrando o sujeito humano como único produtor de saber. A reflexão sobre a ética do conhecimento, reconhecendo a interdependência e a responsabilidade mútua entre humanos e não humanos, emerge como um imperativo para a construção de um futuro mais justo, alinhado com o horizonte do Comunoceno.

Este horizonte implica uma visão radicalmente nova sobre as materialidades, que vai além da tradicional distinção entre o vivo e o inerte. Para Bennett (2022), a matéria não humana — sejam objetos cotidianos, rochas, ar ou tecnologias — possui uma "vitalidade" própria, uma capacidade de agir e afetar o mundo e os seres humanos. Essa "materialidade vital" atribui às coisas um poder ativo, não apenas como substâncias passivas, mas como agentes em constante interação com a vida humana e social.

Essa abordagem desafia o antropocentrismo dominante ao reconhecer as coisas como parte ativa dos processos políticos e ecológicos. Assim, a ideia dialoga com filósofos como Spinoza, Bergson e Deleuze para fundamentar essa perspectiva, e ressalta que esse reconhecimento da agência da matéria pode ampliar as formas de democracia, ao incluir uma consciência materialista e interativa das relações entre humanos e não humanos.

Bennett (2022) defende que essa "matéria vibrante" requer uma ética e uma política renovadas, que reconheçam essa interconectividade e potência sistêmica, sendo vital para enfrentar desafios como a crise ambiental e a degradação dos ecossistemas. Ela argumenta que tudo está



vivo, em constante processo e interligado, e que a política deve lidar com essa complexidade e a recalcitrância material das coisas.

Esta visão tem sido fundamental para os debates do novo materialismo, que propõe epistemologias e práticas que incorporem a vitalidade das coisas na análise social, cultural e ambiental contemporânea.

Em última análise, a busca pela compreensão da unidade ativa entre natureza e sociedade não é apenas um exercício acadêmico, mas um engajamento político e ético fundamental. Reconhecer a intrínseca interconexão entre todas as formas de vida e a agência do mundo não humano é crucial para desconstruir as lógicas de exploração e dominação que nos conduziram à atual crise planetária. Ao adotarmos uma perspectiva que valoriza as múltiplas ontologias, que escuta as vozes silenciosas da natureza e que questiona as estruturas de poder enraizadas na dicotomia, podemos vislumbrar e construir um futuro onde a libertação da natureza não humana e a emancipação social caminham juntas, em uma perspectiva de coexistência em uma era não Capitalocena, mas Comunocena. A metodologia proposta e as reflexões aqui elaboradas representam um pequeno passo inicial nessa jornada complexa e urgente.

REFERÊNCIAS

Angus, Ian. **Enfrentando o antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2023.

Bennett, Jane. **Materia vibrante**. Una ecologia política de las cosas. Buenos Aires: Caja Negra, 2022.

Cataia, M.; Duarte, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da Anpege**, Vol. 18, número 36, 2022.

Bonneuil, Christophe; Fessoz, Jean-Baptiste. **O acontecimento antropoceno**. A Terra, a história e nós. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Quina Editora, 2024.

Danowski, Déborah; Viveiros de Castro, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2017.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

Fraser, Nancy. **Capitalismo canibal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

Latour, Bruno. **Diante de Gaia**. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu Editora; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2020.



Santos, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Sauvêtre, Pierre. **Murray Bookchin ou objectif communocène**: Écologie sociale et libération planétaire. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 2024.

Zanotelli, Cláudio Luiz; Silva, Ana Paula F. de C. A falácia da transição energética: o caso do Brasil e da Petrobras. **GeoUerj**, Edição Especial XVII Geocrítica, 2024.